



Concurso Público de Provas e Títulos

Edital nº 238 de 23 de maio de 2013

CADERNO DE QUESTÕES

PROVA OBJETIVA

001 - PROCURADOR DO MUNICÍPIO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

- 01 Confira se, além deste CADERNO DE QUESTÕES, que contém 40 questões objetivas, você recebeu a FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA, destinada à marcação das respostas da Prova Objetiva.
- 02 Verifique se o seu nome e o número de sua inscrição conferem com os que aparecem na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA. Em caso de divergência, notifique imediatamente o fiscal.
- 03 Após a conferência, assine seu nome nos espaços próprios da FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA, utilizando, obrigatoriamente, caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- 04 Não dobre, não amasse e nem manche a FOLHA DE RESPOSTA. Ela somente poderá ser substituída caso esteja danificada na barra de reconhecimento para leitura ótica.
- 05 Na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA marque, para cada questão, a letra correspondente à opção escolhida para a resposta, preenchendo todo o espaço compreendido no retângulo à caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Preencha os campos de marcação completamente, sem deixar espaços em branco.
- 06 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 opções, identificadas com as letras **A, B, C, D e E**. Apenas uma delas responde adequadamente à questão. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão. A marcação em mais de uma opção anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 07 O tempo disponível para esta prova é de **três horas**, incluindo o preenchimento da FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA.
- 08 Sugerimos que reserve os 30 minutos finais para marcar sua FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA. A folha de rascunho e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão consideradas na avaliação.
- 09 Quando terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, ao fiscal a FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA e este CADERNO DE QUESTÕES.
- 10 O candidato somente poderá deixar o local de prova após 1 hora e 30 minutos do início da aplicação da prova.
- 11 O candidato será excluído do exame caso utilize, durante a realização da prova, máquinas e(ou) relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
- 12 O penúltimo e o antepenúltimo candidato que terminar a prova deverão ficar na sala até o último candidato entregar a prova. O candidato que estiver fazendo a prova por último não é testemunha, e sim a pessoa que está sendo observada.

NOME DO CANDIDATO: _____

Nº de Inscrição: _____ | RG nº: _____ | Sala: _____ | Carteira: _____

Texto para responder às questões de 01 a 05.

Vivo só, com um criado. A casa em que moro é própria; fi-la construir de propósito, levado de um desejo tão particular que me vexa imprimi-lo, mas vá lá.

Um dia, há bastantes anos, lembrou-me reproduzir no Engenho Novo a casa em que me criei na antiga Rua de Matacavalos, dando-lhe o mesmo aspecto e economia daquela outra, que desapareceu. Construtor e pintor entenderam bem as indicações que lhes fiz: é o mesmo prédio assobradado, três janelas de frente, varanda ao fundo, as mesmas alcovas e salas. Na principal destas, a pintura do teto e das paredes é mais ou menos igual, umas grinaldas de flores miúdas e grandes pássaros que as tomam no bico, de espaço a espaço. Nos quatro cantos do teto as figuras das estações, e ao centro das paredes os medalhões de César, Augusto, Nero e Massinissa, com os nomes por baixo... Não alcanço a razão de tais personagens. Quando fomos para a casa de Matacavalos, já ela estava assim decorada; vinha do decênio anterior. Naturalmente era gosto do tempo meter sabor clássico e figuras antigas em pinturas americanas. O mais é também análogo e parecido. Tenho chacarinha, flores, legume, uma casuarina, um poço e lavadouro. Uso louça velha e mobília velha. Enfim, agora, como outrora, há aqui o mesmo contraste da vida interior, que é pacata, com a exterior, que é ruidosa.

O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor nem o que foi, nem o que fui. Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente. Se só me faltassem os outros, vá; um homem consola-se mais ou menos das pessoas que perde; mas falta eu mesmo, e esta lacuna é tudo. O que aqui está é, mal comparado, semelhante à pintura que se põe na barba e nos cabelos, e que apenas conserva o hábito externo, como se diz nas autópsias; o interno não aguenta tinta. Uma certidão que me desse vinte anos de idade poderia enganar os estranhos, como todos os documentos falsos, mas não a mim. Os amigos que me restam são de data recente; todos os antigos foram estudar a geologia dos campos santos. Quanto às amigas, algumas datam de quinze anos, outras de menos, e quase todas creem na mocidade. Duas ou três fariam crer nela aos outros, mas a língua que falam obriga muita vez a consultar os dicionários, e tal frequência é cansativa.

Entretanto, vida diferente não quer dizer vida pior; é outra coisa. A certos respeitos, aquela vida aparece-me despida de muitos encantos que lhe achei; mas é também exato que perdeu muito espinho que a fez molesta, e, de memória, conservo alguma recordação doce e feiticeira. Em verdade, pouco apareço e menos falo. Distrações raras. O mais do tempo é gasto em hortar, jardinar e ler; como bem e não durmo mal.

Ora, como tudo cansa, esta monotonia acabou por exaurir-me também. Quis variar, e lembrou-me escrever um livro. Jurisprudência, Filosofia e Política acudiram-me, mas não me acudiram as forças necessárias. Depois, pensei em fazer uma História dos Subúrbios, menos seca que as memórias do padre Luís Gonçalves dos Santos, relativas à cidade; era obra modesta, mas exigia documentos e datas, como preliminares, tudo árido e longo. Foi então que os bustos pintados nas paredes entraram a falar-me e a dizer-me que, uma vez que eles não alcançavam reconstituir-me os tempos idos, pegasse da pena e contasse alguns. Talvez a narração me desse a ilusão, e as sombras viessem perpassar ligeiras, como ao poeta, não o do trem, mas o do Fausto: "Aí vindes outra vez, inquietas sombras!..."

Machado de Assis – Dom Casmurro – Capítulo II

Questão 01

Sobre o primeiro parágrafo do excerto do livro, podemos afirmar que o narrador

- A não irá contar as suas reminiscências, pois elas o angustiam deveras.
- B juntamente com os seus empregados, construíram a casa em que moram.
- C envergonha-se de narrar o motivo pelo qual o fez construir a casa em que mora.
- D explicitará com bom grado o porquê construiu a sua atual residência.
- E explicará as razões pelas quais exigiu que a casa em que vive fosse construída da maneira como ele a imaginou.

Questão 02

*"todos os antigos foram estudar a geologia dos **campos santos**."*

O termo grifado no excerto acima significa:

- A Cemitérios.
- B Terras pertencentes à igreja.
- C Terras tombadas pelo governo como patrimônio Histórico.
- D Campos destinados ao estudo de civilizações antigas.
- E Terras dizimadas por guerras.

Questão 03

"uma vez que eles não alcançavam reconstituir-me os tempos idos, pegasse da pena e contasse alguns."

No excerto transcrito acima, observa-se nas orações, respectivamente, uma relação de:

- A consequência e causa.
- B causa e consequência.
- C finalidade e explicação.
- D explicação e causa.
- E consequência e explicação.

Questão 04

“Vivo só, com um criado.

Se só me faltassem os outros”

Os termos grifados nos excertos acima são classificados, morfológica e respectivamente como:

- A adjetivo e adjetivo.
- B advérbio e advérbio.
- C advérbio e adjetivo.
- D adjetivo e advérbio.
- E substantivo e adjetivo.

Questão 05

No que diz respeito ao narrador do texto, julgue as afirmativas que seguem como corretas (C) ou incorretas (I):

- (___) Padece por ser muito sozinho e por ter perdido os entes próximos.
- (___) Reconhece que não é mais a mesma pessoa que foi outrora.
- (___) Afirma que a sua vida de agora é mais frugal e completa que aquela da juventude.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

- A C,C,C
- B I,C,C
- C I,I,C
- D I,I,I
- E I,C,I

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL****Questão 06**

De acordo com o disposto no Plano Diretor de Jundiáí, a urbanização do território municipal se organiza em torno de determinados elementos, dentre eles, os denominados integradores. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta somente elementos integradores:

- A A habitação e a rede viária estrutural.
- B Os equipamentos sociais e a rede hídrica estrutural.
- C Os espaços de comércio, de serviço e de indústria.
- D Os espaços verdes e a rede estrutural de transporte público coletivo.
- E As unidades escolares, as de saúde e as de segurança pública.

Questão 07

No que concerne ao tema do processo legislativo, como tal previsto na Lei Orgânica do Município de Jundiáí, pode ser afirmado que:

- A A proposta de emenda à Lei Orgânica deverá ser discutida e votada em um único turno, considerando-se aprovada quando obtiver o voto favorável da maioria de três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- B A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 3% (três por cento) do eleitorado municipal.
- C Compete privativamente à Câmara Municipal a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre regime jurídico, provimento de cargos e empregos, estabilidade e aposentadoria dos servidores.
- D O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
- E O projeto de Lei Complementar incidente sobre as audiências públicas é de iniciativa popular exclusiva.

Questão 08

Ao Município de Jundiáí compete, concorrentemente com a União e o Estado, entre outras atribuições:

- A prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza.
- B instituir regime jurídico e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- C cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências.
- D manter programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.
- E cobrar tributos relativos à prestação de serviços e à propriedade urbana.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Questão 09

Compete aos Municípios, de acordo com a Constituição Federal, instituir impostos sobre:

- A propriedade de veículos automotores.
- B operações relativas à circulação de mercadorias de transporte interestadual e intermunicipal, ainda que as operações se iniciem no exterior.
- C operações relativas a prestações de serviços de transporte e de comunicação, ainda que as prestações se iniciem no exterior.
- D transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- E transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

Questão 10

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Ministério Público abrange os Ministérios Públicos dos Estados e o Ministério Público da União, sendo que este compreende:

- I o Ministério Público Federal;
- II o Ministério Público do Trabalho;
- III o Ministério Público Militar;
- IV o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- A I e II.
- B II e III.
- C I, II e III.
- D II, III e IV.
- E I, II, III e IV.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 11

A respeito da modalidade de licitação denominada pregão, explicitada na lei 10.520/02, pode-se afirmar corretamente que:

- A encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.
- B no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% (vinte por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- C declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- D o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não poderá ser inferior a 3 (três) dias úteis.
- E é vedada aos Municípios a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação.

Questão 12

Em conformidade com o estabelecido pela Lei 12.462 de 04 de agosto de 2011, a qual institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, é CORRETO afirmar:

- A O RDC não se aplica às licitações e contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino.
- B As contratações realizadas com base no RDC devem respeitar as normas relativas à mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que devem ser definidas no procedimento de licenciamento ambiental.
- C Na hipótese de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração deverá ser objeto de proposta pelo proponente, o qual vinculará o licitante.
- D As licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma presencial, não admitida a forma eletrônica.
- E Nas licitações disciplinadas pelo RDC, não será admitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio.

Questão 13

Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto às competências do Tribunal de Contas da União no exercício de sua atividade de controle externo da Administração Pública, conforme disposto na Constituição Federal de 1988:

- A sustar, se não atendido, a execução de contrato administrativo impugnado, comunicando a decisão ao Poder Legislativo.
- B assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- C apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- D aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- E julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

Questão 14

As contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico, segundo a Constituição Federal de 1988:

- A poderão incidir sobre as receitas decorrentes de exportação.
- B não poderão incidir sobre serviços.
- C poderão ter alíquotas *ad valorem*, tendo por base a unidade de medida adotada.
- D deverão incidir sobre a importação de produtos estrangeiros.
- E poderão ter alíquotas específicas, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro.

DIREITO CIVIL**Questão 15**

De acordo com enunciado legal pertinente ao Código Civil Brasileiro, no que diz respeito ao Direito das Sucessões, caducará o legado:

- A se o legatário for incluído na sucessão.
- B se a coisa perecer ou for evicta, vivo ou morto o testador, não devendo existir culpa do herdeiro ou legatário incumbido do seu cumprimento.
- C se o legatário falecer após o testador.
- D se o testador, por qualquer título, impuser ônus ou encargo à coisa legada.
- E se, depois do testamento, o testador modificar a coisa legada, ao ponto de já não ter a forma nem lhe caber a denominação que possuía.

Questão 16

De acordo com preceito decorrente do Código Civil Brasileiro, pode ser afirmado que **NÃO** ocorrerá a extinção da hipoteca:

- A pela extinção da obrigação principal.
- B pela adjudicação devidamente registrada, sem que tenham sido notificados judicialmente os respectivos credores hipotecários, que não forem de qualquer modo partes na execução.
- C pela resolução da propriedade, sem que tenham sido notificados judicialmente os respectivos credores hipotecários, que não forem de qualquer modo partes na execução.
- D pela remição, sem que tenham sido notificados judicialmente os respectivos credores hipotecários, que não forem de qualquer modo partes na execução.
- E pela renúncia do credor, sem que tenham sido notificados judicialmente os respectivos credores hipotecários, que não forem de qualquer modo partes na execução.

Questão 17

A Constituição Federal da República classifica como direito social:

- A A liberdade de manifestação do pensamento, vedado o anonimato.
- B A liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- C A proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- D A inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- E O direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Questão 18

São pessoas jurídicas de direito público interno, segundo o Código Civil Brasileiro:

- A as associações públicas.
- B os partidos políticos.
- C as fundações.
- D as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- E as organizações religiosas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 19**

Tendo como base a disciplina legal incidente na temática da Ação Civil Pública, nos termos da Lei nº 7347 de 24 de julho de 1985, pode-se afirmar que:

- A Se o órgão do Ministério Público se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, deverá requerer ao juiz competente o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas.
- B A ação civil não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro, mas somente o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer.
- C Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas após 45 (quarenta e cinco) dias.
- D O Município possui, em sede de Ação Civil Pública, legitimidade para a propositura da ação principal e da ação cautelar.
- E A sentença civil fará coisa julgada inter partes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

Questão 20

Pelo disposto na Lei 12.016 de 7 de agosto de 2009, conceder-se-á mandado de segurança quando se tratar:

- A de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- B de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- C de decisão judicial transitada em julgado.
- D de tutelar direito preciso e determinado, ainda que coberto por “habeas corpus”, sempre que, irregularmente, qualquer pessoa sofrer violação ou houver temor de sofrê-la por parte de autoridade, de categoria específica e com funções de natureza pública.
- E de proteger direito líquido e certo, não amparado por “habeas data”, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

Questão 21

A respeito da Ação Popular, nos termos da Lei 4.717 de 29 de junho de 1965, é **INCORRETO** afirmar que:

- A Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer cidadão e também o Ministério Público.
- B A ilegalidade do objeto ocorre quando se verifica que o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- C Decorridos 60 (sessenta) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.
- D A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, com efeito suspensivo.
- E É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.

Questão 22

No que concerne ao tema da execução fiscal (Lei 6.830 de 22 de setembro de 1980), pode ser afirmado o que segue:

- A A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e excluindo a de natureza não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- B O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter, dentre outros itens, o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles não estiver apurado o valor da dívida.
- C A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
- D O executado será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- E Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 23

A respeito da remuneração do empregado, tal como prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, é CORRETO afirmar que:

- A Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.
- B Incluem-se nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.
- C Consideram-se como salário os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço, pelo empregador.
- D Consideram-se como salário as despesas com educação, compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático fornecidos pelo empregador ao empregado.
- E Não integram o salário as comissões, percentagens, gratificações ajustadas e abonos pagos pelo empregador.

Questão 24

Conforme a Constituição Federal da República, **NÃO** integra a competência da Justiça do Trabalho processar e julgar:

- A As ações que envolvam exercício do direito de greve.
- B As ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- C As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- D Os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- E As causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 25

A Constituição Federal dispõe que integra o rol de funções institucionais do Ministério Público:

- A exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- B promover, privativamente, a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- C exercer o controle interno da atividade policial.
- D promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Carta Magna.
- E promover, privativamente, a ação penal, para a tutela dos bens jurídicos de natureza penal.

Questão 26

No que concerne ao tema da "política urbana", com embasamento na Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- A O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- B Os imóveis públicos não podem ser adquiridos por usucapião.
- C As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com justa e ulterior indenização em dinheiro.
- D Aquele que possuir como sua área urbana de até trezentos e cinquenta metros quadrados, por três anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio.
- E A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na Lei Orgânica Municipal.

Questão 27

No que diz respeito aos direitos políticos consolidados pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA:

- A Os conscritos podem alistar-se como eleitores durante o período do serviço militar obrigatório.
- B O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral assim que se der a diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- C O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- D Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.
- E São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos doze meses anteriores ao pleito.

Questão 28

Em consonância com o disposto na Constituição Federal, integram o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dentre outros:

- A dois Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), indicados pelo respectivo tribunal.
- B dois membros do Ministério Público da União (MPU), indicados pelo Procurador-Geral da República.
- C quatro cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados dois pela Câmara dos Deputados e dois pelo Senado Federal.
- D dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- E dois Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), indicados pelo respectivo tribunal.

Questão 29

Dentre outros, pode propor, no Supremo Tribunal Federal, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, com base na Constituição Federal:

- A Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- B Partido político com representação na Assembleia Legislativa Estadual.
- C Prefeito Municipal.
- D O Procurador Geral de Justiça.
- E Entidade de classe de âmbito regional.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO**Questão 30**

Para fins de Direito Previdenciário, **NÃO** se enquadra como empregado, de acordo com o Decreto Lei 3048/99:

- A aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, por prazo não superior a três meses, prorrogável, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço de outras empresas, na forma da legislação própria.
- B o brasileiro ou estrangeiro residente e contratado no Brasil para trabalhar, no exterior, como empregado em sucursal ou agência de empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País.
- C o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior com maioria do capital votante pertencente a empresa constituída sob as leis brasileiras, que tenha sede e administração no País e cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País.
- D aquele que presta serviço, no Brasil, à repartição consular de carreira estrangeira ou a membros dessas missões e repartições, excluídos os estrangeiros sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular.
- E o brasileiro civil que trabalha no exterior, em organismos oficiais internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, domiciliado e contratado no estrangeiro, e amparado por regime próprio de previdência social.

Questão 31

Segundo o Regulamento do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para efeitos previdenciários, é (ou são) parte integrante da Classe III de dependentes:

- A o irmão, não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.
- B os pais.
- C o cônjuge e o convivente.
- D o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.
- E os avós e os netos.

DIREITO COMERCIAL**Questão 32**

De acordo com expressa previsão da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, a qual regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, a assembleia-geral de credores tem por atribuições deliberar na falência sobre:

- A o nome do gestor judicial, quando do afastamento do devedor.
- B o pedido de desistência do devedor.
- C a aprovação do plano de recuperação apresentado pelo devedor.
- D a constituição do Comitê de Credores, a escolha de seus membros e sua substituição.
- E a rejeição do plano de recuperação apresentado pelo devedor.

Questão 33

No que diz respeito à capacidade, nos termos do Código Civil, analise as assertivas a seguir.

- I O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos, dentre outros, o pressuposto de o sócio relativamente incapaz ser representado por seus representantes legais e o absolutamente incapaz ser assistido.
- II Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos, sendo que, se a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- III A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação podem ser opostos a terceiros, antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- A I.
- B II.
- C III.
- D I e II.
- E II e III.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 34**

Acerca dos dispostos no Código Tributário Nacional a respeito do Imposto sobre Produtos Industrializados, assinale a alternativa INCORRETA:

- A O imposto, de competência da União, sobre produtos industrializados tem como fato gerador, dentre outros, a sua arrematação, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão.
- B Para os efeitos deste imposto, considera-se contribuinte autônomo qualquer estabelecimento de importador, industrial, comerciante ou arrematante.
- C Para os efeitos deste imposto, considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a finalidade, mas não a natureza, ou o aperfeiçoe para o consumo.
- D A base de cálculo do imposto, no caso de produtos de procedência estrangeira, é, entre outros, o preço normal acrescido do montante dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis.
- E Os produtos sujeitos ao imposto, quando remetidos de um para outro Estado, serão acompanhados de nota fiscal de modelo especial, emitida em séries próprias e contendo, além dos elementos necessários ao controle fiscal, os dados indispensáveis à elaboração da estatística do comércio por cabotagem e demais vias internas.

Questão 35

A respeito da Ordem Tributária, tal como estabelecida pela Constituição Federal da República, é **INCORRETO** afirmar que:

- A Os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- B Cabe à lei ordinária regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- C Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- D Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- E As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Questão 36

Com referência aos dispostos na Constituição Federal a respeito do sistema tributário nacional, pode-se afirmar que a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

- I para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública;
- II para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de guerra externa;
- III para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de investimento público de caráter prescindível e de relevante interesse nacional;
- IV para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- A II, III, e IV.
- B I, III e IV.
- C I e II.
- D II e III.
- E III e IV.

Questão 37

No que se refere aos aspectos relativos à responsabilidade tributária, de acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa INCORRETA:

- A Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
- B São solidariamente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.
- C Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
- D São pessoalmente responsáveis o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- E A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

DIREITO PENAL**Questão 38**

Está disposto no Código Penal Brasileiro que nos crimes patrimoniais cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, desde que a vítima não conte com 60 (sessenta) anos ou mais de idade, é ISENTO de pena quem comete tais delitos em prejuízo:

- A do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.
- B de parente até terceiro grau.
- C de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.
- D do cônjuge divorciado ou judicialmente separado.
- E de irmão ou de primo.

Questão 39

Conforme o Código Penal Brasileiro, a conduta de falsificar, através de fabricação ou de alteração, talão, recibo, guia, alvará ou qualquer outro documento relativo à arrecadação de rendas públicas ou a depósito ou caução por que o poder público seja responsável é denominada crime de:

- A Falsidade ideológica.
- B Falsificação de documentos públicos.
- C Falsidade material.
- D Falsificação de sinal público.
- E Falsificação de papéis públicos.

Questão 40

O Diretor de Penitenciária que deixa de cumprir o seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, permitindo a este realizar comunicação com outros presos ou com o ambiente externo comete o crime de:

- A Corrupção qualificada.
- B Condescendência criminosa.
- C Prevaricação.
- D Concussão.
- E Omissão de funcionário público.

FOLHA DE RASCUNHO

O Candidato poderá levar esta folha.

RASCUNHO DO GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|--|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Reservados todos os direitos. É proibida a publicação ou reprodução total ou parcial deste documento, sob quaisquer formas ou sob quaisquer meios, sem permissão expressa do Grupo Makiyama.

